

8º SIMULADO

TCDF

PROVA OBJETIVA



Estratégia
Concursos

TCDF
8º SIMULADO

Simulado Especial

8º Simulado TC-DF

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TC-DF;
- 2 – A prova contém **150 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TCDF-06-06-20>

01 – (C) (E)	31 – (C) (E)	61 – (C) (E)	91 – (C) (E)	121 – (C) (E)
02 – (C) (E)	32 – (C) (E)	62 – (C) (E)	92 – (C) (E)	122 – (C) (E)
03 – (C) (E)	33 – (C) (E)	63 – (C) (E)	93 – (C) (E)	123 – (C) (E)
04 – (C) (E)	34 – (C) (E)	64 – (C) (E)	94 – (C) (E)	124 – (C) (E)
05 – (C) (E)	35 – (C) (E)	65 – (C) (E)	95 – (C) (E)	125 – (C) (E)
06 – (C) (E)	36 – (C) (E)	66 – (C) (E)	96 – (C) (E)	126 – (C) (E)
07 – (C) (E)	37 – (C) (E)	67 – (C) (E)	97 – (C) (E)	127 – (C) (E)
08 – (C) (E)	38 – (C) (E)	68 – (C) (E)	98 – (C) (E)	128 – (C) (E)
09 – (C) (E)	39 – (C) (E)	69 – (C) (E)	99 – (C) (E)	129 – (C) (E)
10 – (C) (E)	40 – (C) (E)	70 – (C) (E)	100 – (C) (E)	130 – (C) (E)
11 – (C) (E)	41 – (C) (E)	71 – (C) (E)	101 – (C) (E)	131 – (C) (E)
12 – (C) (E)	42 – (C) (E)	72 – (C) (E)	102 – (C) (E)	132 – (C) (E)
13 – (C) (E)	43 – (C) (E)	73 – (C) (E)	103 – (C) (E)	133 – (C) (E)
14 – (C) (E)	44 – (C) (E)	74 – (C) (E)	104 – (C) (E)	134 – (C) (E)
15 – (C) (E)	45 – (C) (E)	75 – (C) (E)	105 – (C) (E)	135 – (C) (E)
16 – (C) (E)	46 – (C) (E)	76 – (C) (E)	106 – (C) (E)	136 – (C) (E)
17 – (C) (E)	47 – (C) (E)	77 – (C) (E)	107 – (C) (E)	137 – (C) (E)
18 – (C) (E)	48 – (C) (E)	78 – (C) (E)	108 – (C) (E)	138 – (C) (E)
19 – (C) (E)	49 – (C) (E)	79 – (C) (E)	109 – (C) (E)	139 – (C) (E)
20 – (C) (E)	50 – (C) (E)	80 – (C) (E)	110 – (C) (E)	140 – (C) (E)
21 – (C) (E)	51 – (C) (E)	81 – (C) (E)	111 – (C) (E)	141 – (C) (E)
22 – (C) (E)	52 – (C) (E)	82 – (C) (E)	112 – (C) (E)	142 – (C) (E)
23 – (C) (E)	53 – (C) (E)	83 – (C) (E)	113 – (C) (E)	143 – (C) (E)
24 – (C) (E)	54 – (C) (E)	84 – (C) (E)	114 – (C) (E)	144 – (C) (E)
25 – (C) (E)	55 – (C) (E)	85 – (C) (E)	115 – (C) (E)	145 – (C) (E)
26 – (C) (E)	56 – (C) (E)	86 – (C) (E)	116 – (C) (E)	146 – (C) (E)
27 – (C) (E)	57 – (C) (E)	87 – (C) (E)	117 – (C) (E)	147 – (C) (E)
28 – (C) (E)	58 – (C) (E)	88 – (C) (E)	118 – (C) (E)	148 – (C) (E)
29 – (C) (E)	59 – (C) (E)	89 – (C) (E)	119 – (C) (E)	149 – (C) (E)
30 – (C) (E)	60 – (C) (E)	90 – (C) (E)	120 – (C) (E)	150 – (C) (E)

PORTUGUÊS**Décio Terror**

O que ocorre com a publicidade no estágio da hipermercadoria? Sob muitos aspectos, essa influência da publicidade sobre a sociedade não fez mais que ampliar-se. Que espaço escapa ainda à presença das marcas quando elas são visíveis nas roupas e nas telas de computador, quando se infiltram nas conversas telefônicas, quando colonizam tanto os lugares públicos quanto os lugares privados? O resultado é que um indivíduo vê agora, ao que nos garantem, mais de 2500 anúncios publicitários por dia. A era do turboconsumismo é inseparável da inflação ou da excrescência publicitária, do mundo como marca e como representação: ela coincide com o desaparecimento dos espaços desprovidos de signos comerciais.

L1POVETSKY, Gilles. *Ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 175. Excerto adaptado.

01. O objetivo do texto é defender que uma economia forte implica diretamente uma publicidade massiva.
02. O vocábulo “excrescência” (última frase) apresenta sentido pejorativo de matéria excretada, de resíduo expelido, trazendo uma forte crítica à publicidade.
03. A expressão “é que”, em “O resultado é que um indivíduo vê agora” é expletiva, de realce, por isso não tem valor sintático.
04. Nas duas primeiras frases do texto, a expressão “com a publicidade” completa o sentido do verbo “ocorre”, bem como “da publicidade” completa o sentido de “influência”.
05. Preserva a correção gramatical o posicionamento do pronome “se” antes do verbo “ampliar” (2ª frase do texto): **se ampliar**.

Os vários textos que abordam o assunto, desde a antiguidade, concordam que, além de exercer a imparcialidade, a conduta dos juízes, inclusive em sua vida pessoal, não pode deixar espaço para dúvidas. É inevitável que sua presença nas redes sociais produza estranhezas e questionamentos. A mídia vem mostrando alguns casos que realmente parecem ter passado ao largo do crivo do bom senso. São exceções que pouco ajudam a entender o quadro. Há uma zona de sombra, entre o que pode e o que não pode ser feito por magistrados no mundo digital, que vai além das tensões naturais entre imparcialidade e liberdade de expressão.

SECCO, Alexandre. Juízes e redes sociais: uma questão além da liberdade de expressão. *Consultor Jurídico, on-line*, par.!, 4..jun. 2019. Disponível em: [Imps://www.conjur.com.br/2019-jun-04/secco-uso-rede-social-juiz-alein-liberdade-expressa](https://www.conjur.com.br/2019-jun-04/secco-uso-rede-social-juiz-alein-liberdade-expressa). Acesso em: 29 dez. 2019. Excerto adaptado.

06. Inere-se do texto certa instabilidade e indefinição em relação à presença de juízes em redes sociais.
07. A locução prepositiva “além de”, em “além de exercer a imparcialidade” (1ª frase do texto), transmite valor de inclusão, por isso pode ser substituída por **outrossim, ademais**, mantendo-se a correção gramatical e o sentido original.
08. As expressões “É inevitável que” e “São exceções que”, nos períodos “É inevitável que sua presença nas redes sociais produza estranhezas e questionamentos.” e “São exceções que pouco ajudam a entender o quadro.”, apresentam valores distintos do vocábulo “que”, pois o primeiro é conjunção integrante e o segundo é pronome relativo.
09. A locução verbal “vem mostrando”, no período “A mídia vem mostrando alguns casos que realmente parecem ter passado ao largo do crivo do bom senso.”, pode ser substituída por **tem mostrado**, mantendo-se a correção e a coerência.
10. Na última frase, o vocábulo “que”, em “que vai além das tensões naturais”, retoma “zona de sombra”.

CONHECIMENTOS SOBRE O DF**Leandro Signori**

No final da década de 50, no meio de seu Planalto Central, o Brasil construiria uma nova capital em apenas três anos. Nas décadas seguintes, Brasília se tornaria o principal símbolo da arquitetura modernista no mundo e a única cidade feita no século 20 a ser declarada Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela Unesco.

O compromisso de construir uma nova capital no centro do país existia ao menos desde o século 17, mas só saiu do papel no governo de Juscelino Kubitschek, em 1956.

"O plano no sentido nacional e estratégico, tinha um objetivo simbólico e militar. Era uma maneira de estimular a ocupação do interior do Brasil, que até então se concentrava no litoral, e de ter uma capital mais protegida de eventuais ataques ou revoluções", disse à BBC News Brasil o professor Antônio Carlos Carpintero, da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Brasília (UnB).

A simbologia, segundo Carpintero, era também política. Eleito após uma crise que levou ao suicídio do presidente Getúlio Vargas e dividiu o país, Kubitschek transformou Brasília em um símbolo de união nacional — uma capital central, que finalmente conectaria todas as regiões do Brasil.

Brasília 60 anos: como a realidade transformou a cidade idealizada por Lúcio Costa e Niemeyer. Disponível em: BBC News Brasil.

Considerando o texto acima e os seus conhecimentos sobre a realidade histórica de Brasília, julgue os itens a seguir.

11. Na elaboração do projeto vencedor do concurso realizado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital – Novacap, Lúcio Costa partiu do traçado de duas linhas formando o sinal da cruz, assinalando a posse de um local, para organizar o Plano Piloto em dois eixos principais. Em um deles, levemente curvado para se ajustar ao terreno, ficariam os setores residenciais, denominado eixo monumental, no eixo rodoviário ficariam concentrados os prédios públicos dedicados ao governo e as principais obras de Oscar Niemeyer na cidade.

12. A concepção funcionalista de que uma cidade deveria ser organizada em zonas de acordo com cada um dos usos que as pessoas fariam dela revelou-se um sucesso nas décadas subsequentes, tanto que Brasília receberia o famoso título da UNESCO por ter conseguido preservar as características essenciais do seu projeto urbanístico incólume aos conflitos urbanos de grandes cidades brasileiras.

Acerca de aspectos políticos e econômicos do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), julgue o item a seguir, conforme a Lei Complementar n.º 94/1998 e suas alterações.

13. A diferença entre os níveis de desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal em comparação aos municípios que compõem a RIDE-DF, pode explicar a ênfase legislativa concedida aos programas e projetos prioritários relativos à infraestrutura e à geração de empregos.

LODF**Rosenval Júnior**

14. Conforme dispõe a LODF, compete, privativamente, à Câmara Legislativa do Distrito Federal proceder à tomada de contas do Governador, quando não apresentadas nos prazos estabelecidos.

15. De acordo com a LODF, constituirão leis complementares, entre outras, a lei de organização do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

José é servidor distrital ocupante de cargo em comissão e foi nomeado para, interinamente, ocupar outro cargo em comissão no órgão em que exerce suas atividades. Maria prestou concurso público para cargo no DF e obteve a aprovação dentro das vagas definidas no edital.

Acerca do regime jurídico dos servidores distritais, nos termos da Lei Complementar nº 840/2011, julgue os itens a seguir considerando as situações hipotéticas acima.

16. Nesse caso, José exercerá apenas as atribuições do novo cargo, devendo optar pela remuneração de um deles enquanto durar a interinidade.

17. Caso Maria seja nomeada, mas não tome posse no prazo de trinta dias, contados do ato de provimento, a autoridade competente deverá providenciar a sua exoneração.

18. Ressalvados os casos de interinidade e de substituição, é vedado ao servidor exercer mais de um cargo em comissão, bem como acumular cargo em comissão com função de confiança.

Sobre os poderes da administração pública, julgue os itens a seguir.

19. O poder regulamentar autoriza a edição de decretos regulamentares, emitidos pelo chefe do Poder Executivo, para dar fiel execução às leis, sendo tal atribuição indelegável, na forma da Constituição Federal.

20. Considere que fiscais da vigilância sanitária tenham multado e interditado uma lanchonete por descumprimento de normas sanitárias devidamente previstas na legislação. Nesse caso, a atuação dos fiscais é decorrência do poder disciplinar, que permite a aplicação de punições em decorrência de infrações relacionadas com atividades privadas.

21. O poder de polícia pode ser exercido por delegação pelas entidades da administração indireta com personalidade jurídica de direito público, como é o caso das autarquias e fundações públicas de direito público.

Acerca das licitações públicas para aquisição de bens e serviços comuns, com base nas previsões da Lei nº 10.520/2002, julgue os itens a seguir.

22. Caso um órgão público pretenda realizar licitação na modalidade pregão, deverá, na fase preparatória, designar a equipe de apoio, composta por três servidores efetivos, para auxiliar o pregoeiro.

23. Nos procedimentos finais da licitação na modalidade pregão, após decididos eventuais recursos, caberá à autoridade competente adjudicar o objeto ao licitante vencedor, com a posterior homologação do certame.

Acerca da organização administrativa, das autarquias e dos conselhos profissionais, com base no entendimento da jurisprudência, julgue os itens a seguir.

24. As autarquias têm sua criação autorizada por lei ou decreto específico, para a prestação de serviços públicos de forma descentralizada, submetidas a controle administrativo a ser exercido nos limites da lei.

25. Os pagamentos devidos em razão de pronunciamento judicial pelos conselhos de fiscalização não se submetem ao regime de precatórios.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

A respeito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e da Ação declaratória de Constitucionalidade (ADC), julgue o que segue:

26. Atualmente, a ADI e a ADC equiparam-se tanto no que diz respeito à delimitação de seu objeto quanto ao rol de legitimados à sua propositura.

No que diz respeito aos direitos e deveres individuais e coletivos, segundo o que preleciona a atual Constituição, julgue as próximas afirmações:

27. O mandado de injunção poderá ser utilizado contra omissão legislativa na regulamentação de norma constitucional de eficácia contida ou limitada.

28. A Constituição assegura a liberdade profissional e, embora autorize a limitação de seu alcance por parte do legislador infraconstitucional, tais restrições só se justificam em hipóteses excepcionais, em que presente o potencial lesivo da atividade.

Julgue as próximas assertivas, a respeito da fiscalização contábil, financeira e orçamentária:

29. A reserva de jurisdição para a quebra do sigilo bancário tem sido relativizada quando se trata de operações financiadas com recursos públicos, situação em que o Tribunal de Contas da União, no exercício de suas prerrogativas constitucionais, poderá ter acesso a tais informações.

30. Os auditores do TCU não contam com a garantia da vitaliciedade, já que apenas os Ministros da Corte de Contas gozam das mesmas garantias aplicáveis aos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

Considerando-se as regras relativas ao Poder Legislativo, julgue o que se estatui a seguir:

31. Nas hipóteses de cassação do mandato do parlamentar, a decisão caberá ao Congresso Nacional, mediante voto da maioria absoluta de seus membros.

32. Não poderão ser criadas Comissões Parlamentares de Inquérito contra a vontade da maioria dos parlamentares.

Julgue o que se afirma a seguir, a respeito da organização político-administrativa do Estado brasileiro:

33. Os estados não poderão exercer a competência suplementar-supletiva na ausência de norma federal que deveria estabelecer regras sobre comércio interestadual.

A respeito das normas constitucionais direcionadas ao Poder Executivo, julgue a afirmação a seguir:

34. Os governadores estaduais e distrital, assim como os prefeitos, não dispõem de imunidade formal, uma vez que esta foi conferida exclusivamente ao chefe do Poder Executivo Federal.

Julgue o item a seguir, considerando as regras atinentes aos direitos sociais, elencados na Constituição brasileira:

35. O servidor público, no exercício do direito de greve, poderá ter descontados da remuneração os dias correspondentes à paralisação.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

36. No próximo item, é apresentada uma situação hipotética a respeito de extinção dos contratos, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Larissa Manoela firmou contrato com determinada empresa de fornecimento de softwares, por meio do qual assumiu obrigações futuras a serem cumpridas mediante prestações periódicas. O valor contratual foi acertado em dólar, mas deveria ser pago na moeda corrente brasileira, respeitando a cotação do mês referente à parcela a ser paga. No decurso do contrato, em virtude de acontecimento extraordinário e imprevisível, o dólar valorizou demasiadamente em relação ao real e as prestações se tornaram excessivamente onerosas para Larissa Manoela e extremamente vantajosas para a referida empresa. Nessa situação, Larissa Manoela poderá pedir a resolução do contrato, a redução da prestação ou a alteração do modo de executá-lo.

37. Acerca da prescrição e obrigações, julgue o item a seguir.

É plenamente válida a cláusula de contrato de seguro firmado entre pessoa física e determinada empresa que determine prazo prescricional de um ano, contado a partir do infortúnio, para o beneficiário reclamar da seguradora o valor de eventuais danos sofridos.

38. Julgue o item a seguir, referente a atos ilícitos.

Constitui ato lícito a ação de destruir o vidro lateral de veículo alheio, de alto valor comercial, a fim de removê-lo para resgatar terceiro imobilizado em meio às ferragens, no interior do referido veículo.

39. Com relação a pessoas jurídicas de direito público, julgue o item a seguir.

As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.

40. A respeito da validade da prova no direito civil, julgue o item a seguir.

A confissão é revogável quando decorrer de erro de fato ou de coação.

41. A respeito da cláusula de reserva de domínio, julgue o item que se segue.

A transferência da propriedade ao comprador deverá ser realizada após o pagamento integral do valor ajustado. Nestes termos, o comprador responde pelos riscos da coisa apenas a partir de quando esta lhe for entregue.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

Sobre os princípios constitucionais do processo civil e os atos judiciais, julgue as assertivas abaixo:

42. O procedimento da carta rogatória perante o Superior Tribunal de Justiça é de jurisdição contenciosa e deve assegurar às partes as garantias do devido processo legal.

43. O contraditório ocupa papel central na dialética do processo civil e, por isso, a sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será invariavelmente nula.

44. O juiz resolverá o mérito acolhendo ou rejeitando, no todo ou em parte, os pedidos formulados pelas partes. Nesse caso, salvo quando resolver relação jurídica condicional, a decisão deve ser certa.

Julgue o item abaixo com fundamento na jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal:

45. Se um determinado órgão público municipal determine que um prédio histórico seja demolido, uma pessoa jurídica de direito privado poderá ajuizar ação popular pleiteando a suspensão do ato e, assim, evitando que a demolição seja efetivada.

Com base no disposto na Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85), julgue os itens abaixo.

46. A ação civil pública tem por objetivo a responsabilização por danos morais e patrimoniais causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, não sendo o instrumento adequado para tutelar a honra de grupos raciais ou étnicos.

47. Uma autoridade pratica ato ilegal no exercício de competência delegada por seu superior hierárquico. Nesse caso, eventual mandado de segurança impetrado deverá apresentar como coator o delegatário.

DIREITO PENAL

Renan Araújo

Texto-base para os itens 48 a 50:

Situação hipotética: José falsificou 03 cédulas de R\$ 20,00, com vistas a posterior introdução em circulação. Todavia, após denúncia anônima, policiais militares prenderam José em flagrante, de posse das notas falsificadas, sem que qualquer delas tivesse sido introduzida em circulação.

Atento ao caso narrado, julgue os itens seguintes:

48. Assertiva: nesse caso, José praticou o crime de moeda falsa, em sua forma consumada, ainda que não tenha havido a introdução das cédulas em circulação.

49. Assertiva: se restar comprovado que a falsificação era grosseira, incapaz de iludir uma pessoa de inteligência mediana, não restará caracterizado o crime de moeda falsa.

50. Assertiva: a pena de multa prevista ao crime em questão prescreverá no prazo de 02 anos.

Texto-base para os itens 51 a 53:

Situação hipotética: José, fiscal da vigilância sanitária, compareceu a um restaurante, pertencente a Pedro. Lá chegando, informou a Pedro que este deveria franquear o acesso de José às dependências do estabelecimento, por se tratar de fiscalização de rotina. Pedro, então, mediante violência, se opõe à realização da vistoria, desferindo um forte soco no rosto de José que, em razão da violência do soco, não consegue realizar o ato naquele dia.

Atento ao caso narrado, julgue os itens seguintes:

51. Assertiva: Pedro deverá responder pelo crime de resistência qualificada, em sua forma consumada.

52. Assertiva: o fato de José não ter conseguido realizar a vistoria por conta da violência é irrelevante para fins penais.

53. Assertiva: a responsabilização de Pedro pelo crime de resistência afasta eventual punição pelo crime de lesão corporal, que ficará absorvido pelo crime de resistência.

ESTATÍSTICA

Guilherme Neves

Em um espaço de probabilidades, os eventos A e B são tais que $P(A) = 0,4$, $P(B) = 0,5$ e $P(\bar{A} \cap \bar{B}) = 0,3$. Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

54. $0,1 < P(A \cap B) < 0,2$.

55. Os eventos A e B são independentes.

56. $P(A \cap \bar{B}) = 0,2$.

57. $P(B|A) = 0,5$.

Define-se estatística descritiva como a etapa inicial da análise utilizada para descrever e resumir dados. Em relação às medidas descritivas, julgue os itens a seguir.

58. O coeficiente de variação é sempre um número positivo.

59. A mediana é o valor que fica no centro da distribuição e apresenta a maior frequência da variável entre os valores observados.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Guilherme Neves

Considere que as letras P, Q, R e S representem proposições e que os símbolos \neg , \wedge , \vee e \rightarrow sejam operadores lógicos que constroem novas proposições e significam “não”, “e”, “ou” e “então”, respectivamente. Na lógica proposicional, cada proposição assume um único valor-verdade, que pode ser verdadeiro (V) ou falso (F), mas nunca ambos.

Com base nas informações apresentadas no texto acima e nas regras da lógica sentencial, julgue os itens a seguir.

60. Se as proposições P e Q são verdadeiras, então a proposição $P \rightarrow (\neg Q)$ também é verdadeira.

61. Se a proposição S é falsa e as proposições P, Q e R são verdadeiras, então a proposição $((\neg P) \wedge S) \rightarrow [(\neg R) \rightarrow Q]$ é verdadeira.

62. A proposição $[(P \vee Q) \wedge (\neg Q)] \rightarrow P$ é sempre verdadeira, independente dos valores lógicos atribuídos às proposições P e Q.

63. O número de linhas da tabela-verdade da proposição $(P \wedge Q) \rightarrow [R \vee (\neg Q)]$ é igual a 16.

O Estratégia promoveu um encontro com 10 alunos aprovados em concursos recentes, sendo 6 mulheres e 4 homens. Durante o encontro, todos os 10 aprovados se cumprimentaram mutuamente com um aperto de mão. O professor Roserval escolherá 3 aprovados para apresentarem um webinar. Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

64. O número de apertos de mãos que foram dados entre os alunos aprovados é igual a 90.

65. Se pelo menos uma mulher deve participar do webinar, então há mais de 115 maneiras para escolher os 3 participantes do evento.

CONTROLE EXTERNO E LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

Herbert Almeida

Julgue os itens a seguir acerca do controle externo da administração pública.

66. Na União, cabe ao Congresso Nacional escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União; por outro lado, no Distrito Federal, caberá à Câmara Legislativa escolher quatro entre os sete membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

67. As cortes de contas seguem o exemplo dos tribunais judiciais no que concerne às garantias de independência, sendo também detentoras de autonomia funcional, administrativa e financeira, das quais decorre, essencialmente, a iniciativa reservada para instaurar processo legislativo que pretenda alterar sua organização e funcionamento.

68. A sustação de ato administrativo é competência que poderá ser adotada, de imediato, pelo Tribunal de Contas, independentemente do devido processo legal.

69. Os procuradores do TCDF são ligados administrativamente ao próprio Tribunal de Contas, sem qualquer vínculo com o Ministério Público comum.

Julgue os itens seguintes acerca da Lei Orgânica e do Regimento Interno do TCDF.

70. As contas do governador serão apreciadas no prazo de até sessenta dias, contados do recebimento do processo, em sessão extraordinária convocada pelo Presidente do TCDF.

71. Dada a natureza não tributária, não se admite o parcelamento dos débitos imputados pelo TCDF.

A Constituição Federal prevê um alcance amplo das denúncias, permitindo a formulação por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato. Sobre esse tema, julgue os itens a seguir, considerando a legislação aplicável.

72. Como requisito de admissibilidade, a denúncia deverá conter o nome legível do denunciante, sua qualificação, endereço e, no caso de cidadão, a comprovação por meio do título de eleitor.

73. O denunciante que agir de má-fé poderá se sujeitar às sanções administrativas, cíveis e penais.

Acerca da organização do TCDF, julgue os itens seguintes.

74. Os mandatos do Presidente, do Vice-Presidente e do Corregedor do TCDF terão a duração de dois anos.

75. O Corregedor do TCDF poderá instaurar sindicâncias e processos administrativos, por iniciativa própria ou mediante representação de membro do Plenário, do Ministério Público ou de qualquer autoridade, para a apuração de falta grave ou invalidez de servidor do Tribunal.

76. **Situação hipotética:** Maria ocupa cargo de conselheira no TCDF e recebeu a notícia de que o governador pretendia indicar o seu irmão, para ocupar o mesmo cargo. **Assertiva:** não haverá incompatibilidade para o provimento do irmão de Maria, uma vez que os cargos são vitalícios e não se submetem a esse tipo de restrição.

77. Quando não estiver em substituição a conselheiro, o auditor presidirá a instrução dos processos que lhe forem distribuídos, relatando-os e emitindo os votos, nas deliberações do Plenário ou da Câmara.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Guilherme Sant'Anna

Julgue os itens a seguir, relacionados à Auditoria governamental segundo a INTOSAI e às Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras (ISSAI) - Nível 3.

78. O controle prévio é um tipo de revisão de atividades administrativas ou financeiras que é realizada antes da ocorrência do fato; a auditoria é uma avaliação realizada após a ocorrência do fato. A auditoria eficaz é indispensável para garantir a gestão adequada de recursos públicos confiados ao Estado. Ela pode ser realizada por uma Entidade Fiscalizadora Superior ou por outras instituições de auditoria.

79. Critérios são as referências usadas para avaliar ou mensurar o objeto, incluindo, quando relevante, referências para apresentação e divulgação. Os critérios usados na elaboração das demonstrações financeiras são normalmente formais e podem ser as IPSAS, as IFRS ou outras estruturas nacionais de relatório financeiro para uso no setor público.

80. O monitoramento refere-se à análise feita pelo auditor das ações corretivas adotadas pela entidade auditada ou outra parte responsável, com base nos resultados da auditoria operacional. É uma atividade independente que aumenta o valor do processo de auditoria ao fortalecer o impacto da auditoria e lançar as bases para o aprimoramento de futuros trabalhos.

81. A auditoria de conformidade promove a *accountability* ao fornecer relatórios confiáveis sobre se os recursos foram administrados, a gestão exercida e os direitos dos cidadãos ao devido processo atendidos, conforme exigido pelas normas aplicáveis. Promove a transparência ao reportar desvios e violações a normas, de modo que ações corretivas possam ser tomadas e os responsáveis possam ser responsabilizados por suas ações.

Julgue os itens a seguir:

82. O escopo da auditoria deve ser estabelecido de modo suficiente a satisfazer os objetivos do trabalho. O escopo envolve a definição das questões de auditoria, a profundidade e o detalhamento dos procedimentos, a delimitação do universo auditável (abrangência), a configuração da amostra (extensão) e a oportunidade dos exames.

83. Durante a execução dos trabalhos de auditoria, a equipe encarregada deve aplicar os procedimentos previstos na matriz de planejamento em busca de achados. Achados são considerados negativos quando os indícios de impropriedade ou irregularidade não produzem evidências.

Notícia: “O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) decidiu hoje rejeitar, por unanimidade, as contas do governador Wilson Witzel referentes ao ano de 2019. O voto do relator do processo, Rodrigo Melo do Nascimento, apontou sete irregularidades e 39 impropriedades nas contas do governo, além de propor 65 determinações” – O Globo

(01/06/2020 - <https://oglobo.globo.com/rio/tce-rj-rejeita-por-unanimidade-contas-de-wilson-witzel-referentes-ao-ano-de-2019-1-24457248>).

84. Impropriedades envolvem falhas de natureza formal de que não resulte dano ao erário e outras que têm o potencial para conduzir à inobservância aos princípios de administração pública ou à infração de normas legais e regulamentares, tais como deficiências no

controle interno, violações de cláusulas, abuso, imprudência, imperícia. Já as irregularidades envolvem prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo, antieconômico, ou infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ao antieconômico, desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, tais como fraudes, atos ilegais, omissão no dever de prestar contas, violações aos princípios de administração pública.

85. O desenvolvimento dos achados é o processo mais importante de uma auditoria, pois são eles que fundamentam as conclusões e as propostas de encaminhamento que serão submetidas ao Tribunal e, posteriormente, comunicadas aos responsáveis e demais interessados.

86. O auditor deve ter em mente que o conteúdo e a organização dos papéis de trabalho refletem o seu grau de preparação, experiência e conhecimento. Os papéis de trabalho devem ser suficientemente completos e detalhados para permitir que um auditor experiente, participante da equipe de auditoria, entenda o trabalho que foi realizado para fundamentar as opiniões e conclusões do auditor.

87. Segundo as Normas de Auditoria – NAT, um dos modos mais efetivos para assegurar que um relatório seja imparcial, objetivo e completo é submeter os achados de auditoria, preliminarmente à emissão do relatório, ao responsável pelo controle interno da entidade auditada, para que efetue as devidas correções.

88. Quando não seguirem as NAT na íntegra ou segui-las com restrições ou adaptações, como nas situações em que tiverem ocorrido limitações de escopo em função de restrições de acesso a registros oficiais do governo ou de outras condições específicas necessárias para conduzir a auditoria, os auditores devem declarar no relatório os requisitos que não foram seguidos, as razões para não terem seguido e como isso afetou ou pode ter afetado os objetivos, os resultados e as conclusões da auditoria.

89. Risco de detecção é o risco de que os controles internos estabelecidos venham a não detectar uma distorção que possa ser relevante individualmente ou em conjunto com outras distorções.

AFO E ORÇAMENTO PÚBLICO

Luciana Marinho

90. No tocante as despesas públicas, julgue o item que se segue.

As despesas de capital são classificadas em Inversões Financeiras, Transferências de Capital e Investimentos, que correspondem, respectivamente, a dotações destinadas à aquisição de imóveis ou bens de capital em utilização; dotações para investimentos que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente da contraprestação direta em bens ou serviços; dotações para planejamento e execução de obras, aquisição de equipamentos, instalações e material permanente.

91. No tocante ao ciclo orçamentário, julgue o item que se segue.

A quarta etapa do ciclo orçamentário é mencionada na lei 4.320/64 quando diz que o controle da execução orçamentária compreenderá a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa e a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos, entre outros.

92. Sobre os instrumentos de planejamento, julgue o item que se segue.

O Plano Plurianual, a lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento anual são instrumentos relativos ao processo orçamentário. Nesse caso, a lei orçamentária poderá consignar dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no Plano Plurianual, necessitando, neste caso de justificativa fundamentada no interesse público. Caso não faça, responde por crime de responsabilidade.

93. Julgue o item que se segue.

Nos termos da lei nº 4.320/64, o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Desse modo, podemos dizer que, na maioria dos casos, o empenho é uma obrigação potencial do Estado.

94. Julgue o item que se segue.

De acordo com a lei nº 4.320/64, consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, fazendo-se distinção entre as processadas das não processadas. Por ora, despesa não processada é aquele empenho foi entregue ao credor, que por sua vez entregou o material, prestou o serviço e a despesa foi considerada liquidada, estando na fase de pagamento.

95. Em relação às despesas públicas, julgue o item que se segue.

Segundo a Lei 4.320/64, no tratamento da despesa pública, a LOA discrimina a despesa orçamentária, no mínimo, por elementos, o que reforça o entendimento do princípio da discriminação. Nesse caso, entende-se por elemento da despesa, por exemplo, a despesa com pessoal, material, serviços, obras e outros meios de que se serve a administração pública para a consecução dos seus fins.

96. Sobre ciclo orçamentário, julgue o item que se segue.

No ciclo orçamentário há etapas que assumem a natureza de processo legislativo previsto na Constituição, como também faz referência ao lapso temporal em que se realizam as atividades típicas do orçamento público, desde o momento em que é gerada, execução final até seu exame e avaliação. Durante o trâmite legislativo, as emendas ao projeto de LOA apenas podem ser aprovadas se compatíveis com o plano plurianual (PPA) e com a lei das diretrizes orçamentárias (LDO), e se forem indicados os recursos necessários.

97. Julgue o item que se segue.

Caso o Distrito Federal busque incentivar a prática de boas ações ambientais, e, para tal, edite uma lei oferecendo benefícios fiscais quanto ao IPTU às pessoas jurídicas domiciliadas em seu território no intuito de que tais empresas invistam em projetos destinados a tais ações, a referida lei será constitucional, pois não ofende o dispositivo constitucional que veda a vinculação de receita de impostos a despesas específicas.

98. Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue o item que se segue.

A LRF estabelece que, se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três quadrimestres que seguirem. Enquanto persistir o excesso desse período indicado, tal ente poderá receber transferências voluntárias de outros entes públicos e promover a limitação dos empenhos.

99. Julgue o item que se segue.

Caso funcionários do BRB promovam greve pleiteando aumento salarial, após período descomunal de inflação, e sua presidência, após receber informações de favorável dotação orçamentária, celebre acordo coletivo com respectivo sindicato para corrigir as diferenças salariais, tal acordo coletivo será inconstitucional e ilegal, pois concessão de aumento salarial depende de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.

100. Sobre dívida e endividamento, julgue o item que se segue.

As operações de crédito relativas à dívida mobiliária federal autorizadas, no texto da lei orçamentária ou de créditos adicionais, serão objeto de processo transparente e mais analítico possível, para que atenda às suas especificidades, pois se trata de procedimento que resultará em endividamento público.

101. Julgue o item que se segue.

É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.

CONTABILIDADE GERAL

Júlio Cardoso

Com base no disposto na norma Brasileira de Contabilidade – CPC 00 (R2), julgue os itens subsecutivos.

102. A Estrutura Conceitual Básica – CPC 00 (R2) – possui a finalidade auxiliar o desenvolvimento das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) para que tenham base em conceitos consistentes, por esse motivo, ela se sobrepõe aos demais Pronunciamentos Contábeis.

103. Com base no disposto na norma Brasileira de Contabilidade – CPC 00 (R2), não é possível que exista para uma entidade uma obrigação presente que dependa de evento futuro que seja incerto.

A empresa Sempre Alerta decide contratar um seguro contra incêndio por um período de 12 meses, pelo valor de R\$ 10.000,00, sendo 40% pagos à vista e o restante a serem pagos em 30 dias.

Com base nos dados apresentados, julgue o item a seguir.

104. No momento da contratação da apólice, o contador da empresa Sempre Alerta, Julinho, registrou um fato permutativo e um lançamento de 2ª fórmula no livro Diário da empresa.

Sobre a apresentação de demonstrações contábeis, julgue o item a seguir.

105. Para fins de levantamento do balanço patrimonial e outras demonstrações financeiras, o exercício social deve ter a duração de um ano, mas, a legislação societária não determina qual deve ser o seu início, tampouco seu término.

A Cia Coruja S/A deseja presentear seu contador mais antigo, Julio Cardozo, com Partes Beneficiárias. Foram emitidos, de maneira onerosa, R\$ 50.000, o que equivale 25.000 títulos ao nobre contador.

Sobre as Partes Beneficiárias, julgue os itens a seguir.

106. Esses títulos não possuem valor nominal e são estranhos ao capital social. São emitidos apenas por companhias fechadas e garantem participação nos lucros para o contador Julio Cardozo de no mínimo 10% do lucro líquido do período.

107. A contabilização que será feita pela Cia Coruja está corretamente apresentada a seguir:

D – Caixa	50.000,00 (Ativo)
C – Reserva de Capital – Produto de alienação de partes beneficiárias	50.000,00 (PL).

Situação hipotética: A Cia Rosental Bolado S/A, companhia que atua no ramo de brinquedos, possui participação permanente na empresa Emperor S/A, adquirida em 2019. No exercício de 2020, esse investimento apresentou as seguintes características:

Patrimônio Líquido da Investida: 1.000.000.

Lucro Líquido da Investida em 2020: 300.000.

Percentual de participação: 40% com influência significativa

Distribuição de dividendos: 10% do Lucro Líquido

Distribuição de Juros sobre o capital o próprio: 5% do Lucro Líquido.

Outros Resultados Abrangentes: 20.000, decorrente de saldo credor de Ajuste de Avaliação Patrimonial de instrumentos financeiros.

Considerando apenas os dados apresentados, julgue o item a seguir:

108. Assertiva: o efeito na Demonstração do Resultado do Exercício da Cia Rosental Bolado S/A de 2020, relacionados com o investimento na empresa Emperor S/A foi superior a R\$ 125.000.

109. A variação ocorrida no Ativo Não Circulante Investimentos da Cia Rosental Bolado S/A decorrente dos fatos apresentados foi de R\$ 110.000.

Situação Hipotética: A empresa Kakariko Village S.A. adquiriu, em 31/12/20x4, um imobilizado por R\$ 500.000,00, à vista. A vida útil estimada da máquina, na aquisição, foi 10 anos e o valor residual estimado foi R\$ 50.000,00. Em 31/12/20x5, a empresa reavaliou a vida útil e determinou que a vida útil econômica remanescente da máquina era 5 anos e o valor residual era R\$ 80.000,00.

110. Assertiva: Sabendo que a empresa utiliza o critério de quotas constantes para cálculo da depreciação, o valor da depreciação acumulada evidenciado no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/201x era de R\$ 120.000.

A companhia Vem TC-DF S/A adota, na demonstração do resultado do período, o método da função da despesa na classificação das contas, apresentou as seguintes informações:

Custo das vendas 2.000,00

Custo dos serviços 500,00

Outras despesas 100,00

Outras receitas 200,00

Receita de serviços 1.500,00

Receita de vendas 5.000,00

Com base no que prevê o CPC 26 e a Lei 6404/76, julgue o item a seguir.

111. O lucro bruto da companhia, em reais, é superior a R\$ 4050 reais.

Ao final do exercício social, a sociedade anônima Master Owl Trade apresentou um lucro líquido, depois do imposto de renda, e contribuição social sobre o lucro líquido de R\$ 1.000.000,00. Informou que calcula todas as participações cabíveis nesse tipo de sociedade, com o percentual de 10% por cada participação excluindo, portanto, possíveis contribuições.

Considere, exclusivamente, as informações recebidas determinada pelas normas contábeis e legislação pertinente e julgue o item a seguir.

112. O valor total de todas as participações possíveis nesse tipo de sociedade anônima, evidenciadas na Demonstração do Resultado (DRE), em reais, é superior a R\$ 410.000.

De acordo com o CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, julgue o item a seguir.

113. A conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais não estará dispensada, caso a entidade use o método direto para apurar o fluxo líquido das atividades operacionais.

Com base no que prevê o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, julgue o item a seguir.

114. São apresentados na Demonstração do Valor Adicionado, como remuneração do capital próprio, a distribuição de dividendos referentes ao lucro do exercício corrente, mas não de resultados de exercícios anteriores.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Luciano Rosa

115. A tabela a seguir apresenta as contas sintéticas do balanço patrimonial de determinada empresa ao final do exercício de 2019.

contas	valor (em milhares de reais)
Caixa e equivalentes	25
Duplicatas a receber	50
Estoques	175
Dívidas de curto prazo	200
Máquinas	275
Terrenos	550
Marcas e patentes	500
Depreciação	-75
Dívidas de longo prazo	400

Ainda de acordo com a tabela acima, o índice de endividamento geral daquela empresa é de 40%

116. Se, no ano de 2019, a empresa “Coruja na Toca” apresentar uma receita de vendas líquidas no valor de R\$500.000, e, nesse mesmo ano, a rentabilidade do seu ativo tiver ficado em 25% e o giro do ativo da empresa houver sido de 0,5 vez, então, nessa situação hipotética, o lucro líquido dessa empresa no mesmo período foi superior a R\$ 200.000

117. Uma empresa tem Prazo Médio de Estocagem de 35 dias, Prazo Médio de Pagamento de 45 dias e Prazo Médio de Recebimento de 20 dias.

Nessa situação, o Ciclo Financeiro é de 55 dias.

118. A conversão de debêntures em ações aumenta o índice de liquidez geral do emitente, além de reduzir o seu grau de comprometimento financeiro com terceiros.

119. Os indicadores de liquidez são sinalizadores dinâmicos da capacidade econômica dos negócios de uma empresa.

120. O registro da aquisição de ações da própria empresa para a manutenção em tesouraria reduzirá o índice de liquidez corrente e aumentará o patrimônio líquido.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

121. O campo de aplicação obrigatório da Contabilidade Pública engloba os órgãos/entidades que estão inclusos no orçamento fiscal e no orçamento da seguridade social, a exemplo das empresas estatais dependentes.

122. No âmbito da classificação por natureza de receita, a espécie é o detalhamento das categorias econômicas Receitas Correntes e Receitas de Capital, com vistas a identificar a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos.

123. A etapa do planejamento da despesa abrange, de modo geral, toda a análise para a formulação do plano e ações governamentais que serviram de base para a fixação da despesa orçamentária, a descentralização/movimentação de créditos, a programação orçamentária e financeira e o processo de licitação e contratação.

Acerca das disposições previstas na NBC TSP Estrutura Conceitual, julgue os itens a seguir:

124. Segundo a NBC TSP Estrutura Conceitual, pode-se determinar que, para alcançar os objetivos da informação contábil, o recurso ou a obrigação que não satisfaça a definição de elemento definido na Estrutura Conceitual precise ser reconhecido nas demonstrações contábeis.

125. As transações com contraprestação surgem, como regra, por meio do exercício dos direitos soberanos das entidades do setor público.

Acerca dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP) julgue os itens a seguir:

126. Na contabilização do ajuste de perdas de estoques para adequar ao valor realizável líquido, há o registro a crédito de uma conta redutora do ativo (Classe 1 do PCASP) em contrapartida da apropriação de uma Variação Patrimonial Diminutiva (Classe 3 do PCASP).

127. Os ativos de infraestrutura devem ser partes de um sistema ou de uma rede, especializados por natureza e não possuem usos alternativos. Essas especificidades impactam os critérios para reconhecimento e mensuração desses ativos, devendo-se seguir bases diferentes dos demais ativos imobilizados.

128. As contas contábeis do PCASP são identificadas por códigos com 7 níveis de desdobramento, compostos por 9 dígitos.

129. O registro de um empenho referente a contratação de um serviço, quanto à natureza de controle da informação, utiliza apenas contas da classe 8 do PCASP.

Sobre as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, julgue os itens a seguir:

130. Situação hipotética: uma entidade do setor público verificou ao final do exercício insuficiência de arrecadação de R\$ 1.000.000,00 e economia de despesas de R\$ 500.000,00. **Assertiva:** É correto afirmar que, nesse caso, houve déficit na execução orçamentária de R\$ 500.000,00.

131. A Demonstração das Variações Patrimoniais indica o resultado patrimonial do exercício, um indicador do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais, sendo, portanto, um indicador de desempenho das entidades do setor público.

132. Entre as transações que devem ser divulgadas na Demonstração dos Fluxos de Caixa estão as aquisições de ativos por meio de arrendamento financeiro.

ECONOMIA

Celso Natale

- 133.** Elasticidade-renda da demanda pode ser positiva, nula ou negativa, ao passo em que a elasticidade-preço da demanda é negativa (fora do módulo) devido à lei da demanda, exceto par aos bens de Giffen.
- 134.** Um deslocamento para cima e à direita da reta de restrição orçamentária pode significar a redução na renda do consumidor.
- 135.** Considere a função de produção " $f(x, y) = x^2 + y$ ", em que x e y são os insumos. Essa função apresenta retornos de escala crescentes.
- 136.** Na concorrência perfeita, a curva de demanda individual da firma é vertical.
- 137.** No equilíbrio do mercado perfeitamente competitivo, as firmas maximizam o lucro igualando o custo marginal ao preço e à receita marginal.
- 138.** O Balanço de Pagamentos registra as transações entre empresas financeiras, desde que tenham como centro de interesse o mesmo país.
- 139.** De acordo com o modelo keynesiano simplificado, a política fiscal expansionista de redução de gastos produz maior efeito no produto que a política de aumento na tributação.
- 140.** O processo eleitoral é um mecanismo importante para o exercício da função alocativa, porque pode revelar as preferências da sociedade por bens públicos e semipúblicos, como segurança pública e saúde.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Guilherme Neves

- 141.** O professor Roserval Júnior fez uma aplicação de um capital, no valor de R\$ 900.000, em determinada instituição financeira, por um período de seis meses, e resgatou o valor de R\$ 1.035.000. Considerando-se que o capital foi aplicado a juros simples, a taxa de juros ao mês foi superior a 3%.
- 142.** Um cliente de uma loja de eletrodomésticos deseja antecipar duas parcelas iguais de R\$ 1.000,00 de seu financiamento, com vencimento para, respectivamente, 30 e 60 dias a partir de hoje. Considerando-se uma taxa de desconto de 2% a.m., desconto comercial simples e calendário comercial, o cliente deverá pagar menos de R\$ 1950,00 para quitar as duas parcelas.
- 143.** Pretendendo aplicar em um fundo que rende juros compostos, o professor Julinho fez uma simulação. Na simulação feita, se ele aplicar hoje R\$ 10.000,00 e R\$ 20.000,00 daqui a um ano, e não fizer nenhuma retirada, o saldo daqui a dois anos será de R\$ 38.400,00. Desse modo, a taxa anual de juros compostos nessa simulação foi inferior a 20%.
- 144.** Um empréstimo foi contratado com uma taxa nominal de juros de 6% ao trimestre e com capitalização mensal. A taxa efetiva trimestral desse empréstimo é superior a 6,2%.
- 145.** O preço à vista de um apartamento é R\$ 210.000,00. O professor Herbert fez uma proposta ao proprietário para adquirir esse imóvel pagando o em três parcelas iguais, a primeira à vista, a segunda após 1 ano e a terceira depois de 2 anos. O proprietário aceitou a proposta, desde que fossem cobrados juros compostos de 100% ao ano sobre o saldo devedor após o pagamento de cada parcela. Nas condições impostas pelo proprietário, o valor de cada uma das três parcelas a serem pagas pelo professor Herbert serão superiores a 100 mil reais.

FINANÇAS CORPORATIVAS

Paulo Portinho

Considerando que o risco sistemático de uma ação seja igual a 1,5, que a taxa livre de risco da economia seja de 2% ao ano, que o prêmio e risco de mercado seja de 6% e que essa empresa consiga tomar empréstimos a 13% ao ano, julgue os itens seguintes, relativos ao modelo CAPM e WACC. Questões 146 a 148.

146. A partir dos dados, tomar dívida não vai ajudar a reduzir o custo médio ponderado de capital da empresa em um mundo com alíquota de IR de 40%, pois o custo da dívida é alto.

147. Suponha que houve uma crise nos mercados e os riscos sistemáticos se mantiveram, a expectativa de retorno do mercado também se manteve, mas os governos subiram as taxas de juros para 4%. O retorno esperado para essa ação será de 13% ao ano.

148. Considerando os dados do enunciado, em um mundo com alíquota de IR de 40% o WACC para uma companhia com 1/2 de sua estrutura de capital financiada por terceiros será maior do que 10%

149. Em relação aos indicadores utilizados para análise econômico-financeira de uma empresa, julgue o item seguinte.

A depreciação representa uma despesa ou custo que não impõe saída de caixa, assim como o CAPEX. No ajuste final do fluxo de caixa disponível ao acionista, o CAPEX entra como uma disponibilidade de caixa e a depreciação não.

150. O fluxo de caixa projetado é utilizado para avaliar o comportamento do fluxo de entradas e saídas de recursos financeiros em determinado período, podendo ser projetado a curto ou a longo prazos.

Ao superestimar as despesas operacionais que devem ser pagas no período projetado, o fluxo de atividades operacionais estará superestimado e poderá nos levar a aceitar projetos não viáveis, pelo método do VPL.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TCDF-06-06-20>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!

A banner with a dark background. On the left is a close-up of an owl's face with large yellow eyes. To the right, the text 'ASSINATURA ILIMITADA' is written in large, bold, light blue letters. Below this, a blue box contains the text 'ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO SEM PREOCUPAÇÃO'. To the right of the main text, there are two yellow price tags: '1 ANO 12X R\$ 199,97' and '2 ANOS 12X R\$ 333,97'. At the bottom left, there is a small text '*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE'.